



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 03**

**1. INTRODUÇÃO**

Este documento foi elaborado à luz da lei 8.666/93, como peça integrante e indissociável de um procedimento de licitação tendo por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão a contratação de empresa especializada no controle de pragas

**2. SECRETARIA REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Educação

**3. OBJETO**

Contratação de empresa especializada, por meio de licitação, MODALIDADE DE PREGÃO eletrônico TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, na prestação de serviços – de natureza continuada – de controle sanitário integrado no combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização e desratização em todas as áreas internas das Escolas Municipais e CAM ( centro de atendimento multidisciplinar) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento pelo período de 12 meses, prorrogáveis na forma da Lei.

**4. DA DESCRIÇÃO TÉCNICA**

**4.1 – Metragem quadrada de área construída dos locais pra serem prestados os serviços:**

Item	Un	Qtde	Descrição/Objeto
01	m²	1160	CETIM NELZA BRIZOLA, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº935, BAIRRO PIRAHY
02	m²	896	EMEF APARÍCIO MARIENSE, RUA URUGUAI Nº55, BAIRRO DO TIRO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

03	m²	413,12	EMEF CÂNDIDA VARGAS, RUA RIACHUELO N° 1366, BAIRRO CENTRO.
04	m²	1520,89	EMEFCM DUQUE DE CAXIAS, RUA DOM PEDRO I N° 615, BAIRRO ITACHERÊ.
05	m²	438,25	EMEF FERNANDO FERRARI, RUA EQUADOR N°461, BAIRRO ITACHERÊ.
06	m²	654,5	EMEF FRANCISCO MIRANDA, RUA MONSENHOR PATRÍCIO PETIT JEAN N°2395, BAIRRO PASSO.
07	m²	588,8	EMEF NEITH ARAGON MOTTA, RUA GENERAL OSÓRIO N° 3085, BAIRRO SÃO JOÃO BATISTA.
08	m²	571,38	EMEF REPÚBLICA ARGENTINA, RUA ALBERTO BENEVENUTO N°1405, VILA SANTA ROSA.
09	m²	2.738,55	EMEF SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS , RUA GENERAL MARQUES N° 546. CENTRO.
10	m²	159,62	EMEF BOM SUCESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE SÃO MARCOS – 32 KM DA SEDE.
11	m²	1379	DEDETIZAÇÃO NA EMEF VICENTE GOULART, RUA ENGENHEIRO MANOEL LUIS FAGUNDES N°2685, CENTRO.
12	m²	841,8	DEDETIZAÇÃO NA EMEF IVAÍ, LOCALIDADE RINCÃO DO IVAÍ - 12 KM DA SEDE.
13	m²	346,12	EMEF LIBERATO SALAZANO VIEIRA DA CUNHA, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE VILA BRITES. DISTANCIA 80KM
14	m²	615,05	EMEF LIONÇIO SILVIO PEREIRA AQUINO, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE SÃO MIGUEL. . DISTANCIA 38KM
15	m²	479,32	EMEF OLINTO DORNELLES, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE RINCÃO DE SANT'ANA. DISTANCIA 34KM
16	m²	479,98	EMEF ORDÁLIA MACHADO, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE RINCÃO DO MEIO. DISTANCIA 48KM
17	m²	602,81	EMEF OSVALDINA BATISTA DA SILVA, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE DE SAMBURÁ. DISTANCIA 70KM
18	m²	474,89	EMEF SÃO JUDAS TADEU, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE SARANDI - 32KM DA SEDE.
19	m²	1211,92	EMEI ANTÔNIO PEDRO DE MELLO, RUA BOAVENTURA PERUZZI N° 395, VILA LEONEL BRIZOLA.
20	m²	183	EMEI CATARINA MIRANDA BENGOCHEA, RUA JOAQUIM GONÇALVES LEDO N°580, VILA APARÍCIO SAMPAIO.
21	m²	254	EMEI DARCY SARMANHO VARGAS, RUA FRANCISCO MIRANDA N°



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

			347, BAIRRO PASSO.
22	m²	722	EMEI ECILDA MIRANDA, TRAVESSA SOUZA DOCCA N°89, BAIRRO VÂRZEA.
23	m²	286	EMEI LUIZ ANTÔNIO RIGO, RUA JOÃO ANTÔNIO RODRIGUES N°65. APRX 221,38
24	m²	260	EMEI MARIA EDI GRAS DOS SANTOS, RUA MARIO CORTEZ N° 2010
25	m²	401	EMEITI ONZE DE JUNHO, RUA APARÍCIO MARIENSE N° 1268.
26	m²	1211,92	EMEI PERCILIANA MACEDO, RUA DEPUTADO LIDOVINO FANTON N° 482.
27	m²	190	EMEI QUERO – QUERO, RUA FREI CANECA N° 1405, BAIRRO PARABOI.
28	m²	195	EMEI TIO CALANDRO, RUA FAUSTO LOURENÇO AQUINO N° 1266.
29	m²	218	EMEI VICENTINA GOULART, RUA AMARO BATISTA TEIXEIRA N° 231.
30	m²	1448,58	EMEF UBALDO SORRILHA DA COSTA, RUA MONS. PATRÍCIO PETTIT JEAN, 3610, VILA ARNELDO MATTER.
31	m²	1151	EMEI da Antiga APAE. Rua Riachuelo, 933
32	m²	360	DEDETIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, RUA EURICO BATISTA DA SILVA N°64, QUARTO ANDAR, CENTRO.

Total : 22.452,50 m2

- 4.2 – Serão realizadas uma aplicação a cada 6 (seis) meses.  
4.3 – No período de 12 (doze) meses serão 44.905 m2 de área.

## 5. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A contratada executará os serviços de controles de pragas urbanas (desinsetização, desratização necessários à prevenção e eliminação ratos, baratas, moscas, formigas, pulgas e outros insetos, aracnídeos que porventura existentes nas dependências do local de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas as diretrizes emanadas da contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados.

### 5.1. Do processo de atuação:

“SÃO BORJA – Terra dos Presidentes”



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

**5.1.2.** A CONTRATADA deverá agendar visita, previamente aos locais onde serão executados os serviços e no menor prazo, apresentar uma programação, na qual deverá constar:

- 1.a Plano completo de execução dos serviços;
- 1.b Tipo de composto químico a ser utilizado em cada área específica da escola

**5.1.3.** Eliminar e prevenir a proliferação de baratas, moscas, formigas, mosquitos e outros insetos, e aracnídeos;

**5.1.4.** Eliminar e prevenir a proliferação de ratos;

**5.1.5.** Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses e devem ser cadastrados pelos órgãos controladores do Governo, como a ANVISA e sua manipulação e descarte são responsabilidade da empresa contratada. Quando decorrido esse prazo, deverá ser feita nova aplicação.

**5.1.6.** A CONTRATADA deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus extras para a CONTRATANTE.

**5.1.7.** As aplicações sustentativas (reforço) serão realizadas caso ocorram infestações no intervalo compreendido entre uma aplicação e outra, mediante solicitação prévia e sem ônus para a CONTRATANTE.

**5.1.8** -Em consonância com o que versa a RDC nº 52/2009, as empresas deverão fornecer comprovantes de execução de serviço a Secretaria requisitante e Fixar em local visível o "comprovante de execução dos serviços" no local de execução do serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome do cliente;
- II -endereço do imóvel;
- III- data execução serviço
- IV- praga (s) alvo;
- VI - grupo (s) químico (s) do (s) produto (s) utilizado (s);
- VII -nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área;
- VIII – Orientações pertinentes ao serviço executado;
- IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente;
- X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica mais próximo;
- XI- identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e número das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

1.c

**6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

"SÃO BORJA – Terra dos Presidentes"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

- 6.1. Trata-se de serviços de natureza continuada, com fornecimento de mão de obra, que serão executados em 2 (duas) aplicações com intervalo de 6 (seis) meses entre uma e outra;
- 6.2. A duração do termo de contrato, que será formalizado entre Contratante e Contratada, será de 12 (doze) meses, com vistas a garantir a execução das duas aplicações de acordo com o estipulado no presente termo de referência, podendo ser prorrogado na forma da Lei.
- 6.3. A Contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, utilização de equipamentos, no fornecimento de materiais e orientações aos colaboradores, em conformidade com a legislação em vigor;
- 6.3.1. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos químicos utilizados no combate e prevenção das pragas, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme: art. 33, inciso I da lei no 12.305/2010; art. 53 do Decreto no 4.074/2002 e demais dispositivos legais pertinentes;
- 6.3.2. Caberá à Contratada executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA no 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- 6.3.3. Os produtos utilizados deverão ter as seguintes características: não causar manchas; ser antialérgicos; tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos de aplicação; ser inofensivos à saúde humana; estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria SNVS no 10/1985 e suas atualizações;
- 6.3.4. Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas nos itens anteriores, deverão ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente;
- 6.3.5. A Contratada deverá fornecer aos seus profissionais os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços fiscalizar o uso, em especial, pelo que consta na Norma Regulamentadora numero 6 do Ministério do Trabalho e Emprego;

## 7- DA HABILITAÇÃO

### 7.1.1. Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

- I - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;
- II - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores, já adequados a Lei Federal nº 10.406/02.
- III - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ata de Registro ou Autorização para Funcionamento expedida pelo órgão competente.

**7.1.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:**

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação:

a) A comprovação da inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual dar-se-á através do Documento de Identificação da Receita Estadual (DI/RE); exceto para Microempreendedor Individual (MEI) e àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços;

b) A comprovação da inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal dar-se-á através de Alvará de Localização e Funcionamento vigente. Para o Microempreendedor Individual poderá ser apresentado em substituição ao Alvará de Localização e Funcionamento, em caráter provisório, pelo período de 90 (noventa) dias, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, após este período deverá, apresentar o Alvará de Localização e Funcionamento;

III – Prova de Regularidade com a **Fazendas Federal** (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante;

IV – Certidão Negativa de Débito (CND) relativa à Seguridade Social, dispensável quando incluída na Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme item acima.

V – Certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;

VI - Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A, artigo 642-A da CLT, artigo 27, inciso IV e artigo 29, inciso V da Lei 8.666/93, alterados pela Lei Nº 12.440/2011.

**7.1.2.1. Todos os documentos relacionados a “regularidade fiscal” devem ser apresentados, mesmo que apresente restrições.**

**7.1.2.2.** Havendo restrição na regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame.

**7.1.2.3.** A não apresentação da documentação devidamente regularizada, conforme previsto no inciso 1º do Art. 43 da Lei complementar nº 123/2006 alterada pela Lei complementar 147/2014 no prazo concedido, acarretará na inabilitação da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

**7. 1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- I - Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza similar ao objeto da presente licitação.
- II - Certificado de registro na entidade profissional competente do técnico-profissional da licitante.
- III - Licença de Operação (LO), expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 5º da Resolução da ANVISA nº 52/2009.
- IV - Licença de Operação do órgão estadual competente, a ser exigida do empreendedor, responsável pelo transporte de produtos perigosos classificados pelas Resoluções nº 420 e 701/2004, ambas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ressalvados os casos de isenção nelas previsto; Os transportadores que realizarem a atividade de transporte de produtos perigosos em apenas uma unidade da federação deverão fazer prova dessa situação, apresentando declaração bastante, por escrito, não esquecendo-se de obedecer as regras e exigências de licenciamento ou autorização do órgão ambiental competente do seu estado. Para aquelas empresas que transportarem produtos perigosos para mais de uma unidade da federação, aplicar-se-á o disposto na Instrução Normativa nº 5 do IBAMA, de 10/05/2012, devendo apresentar, portanto, "Autorização Ambiental de Transporte Interestadual de Produtos Perigosos".
- V - Alvará da vigilância sanitária ou licença de funcionamento expedido pelo órgão competente, seja ele municipal ou estadual.

**7.1.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- I - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**7.1.5. DECLARAÇÕES**

**7.2.** A documentação exigida para a habilitação das empresas poderá ser apresentada em cópia legível, devidamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**7.3.** Os documentos solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos que, uma vez não mencionado, será considerado como sendo até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão, à exceção do(s) atestado(s) de capacidade técnica que não serão objeto de aferição quanto a esse aspecto.

**7.4.** Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente fornecerá o objeto, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) deverá ser o mesmo em todos os documentos, exceto se, comprovadamente, demonstrar que o recolhimento de contribuições (INSS e FGTS) e/ou balanço é centralizado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

## 8 – ACEITE E RECEBIMENTO

- 8.1. A proponente vencedora obriga-se a executar o objeto deste pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta deste edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 8.2. Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da licitação, correrá por conta exclusiva da licitante vencedora.
- 8.3. Deverá ser emitida a devida nota fiscal/fatura discriminativa, após a realização dos serviços para efetivação do pagamento e liquidação.

## 9– DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento referente a realização dos serviços, objeto desta licitação, será efetuado pela Secretaria Municipal da Fazenda - SMF, mediante documento fiscal emitido pela empresa vencedora da licitação e após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo fiscal de contrato.
- 9.2. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 9.3. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços, ao valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.
- 9.4. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 9.5. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 9.6. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 9.7. A Prefeitura não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 9.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante vencedora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 9.9. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à licitante vencedora.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

**9.10.** Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da licitação, correrão por conta exclusiva da licitante vencedora.

**9.11.** Em cumprimento ao disposto no Art. 40, XIV, alínea "c" da Lei 8.666/93, o índice a ser utilizado como critério de avaliação financeira para o caso de inadimplemento será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), e os juros de mora serão de 6% ao ano, a contar da notificação do inadimplemento.

## 10- DAS PENALIDADES

**10.1.** Os casos de inexecução total ou parcial do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no artigo 87 de Lei 8.666/93, que são as seguintes:

*I - Advertência;*

*II - Multa,*

*a) de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;*

*b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, relativo aos materiais/serviços em desacordo com o solicitado;*

*III - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;*

*IV - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.*

**10.2.** Da aplicação das penas previstas no item 10.1 deste edital, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de São Borja na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos – SMPOP.

## 11 – DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO

**11.1.** Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, caso seja acatada sua manifestação pela pregoeiro, lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da Proponente importará a preclusão do direito de recurso. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela Proponente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

**11.3.** Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

**11.3.1.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

**11.4.1.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

## 12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1.** Para as Escolas localizadas no interior do município, será considerado, em planilha, indenização do deslocamento, conforme distancia das escolas:

valor gasolina R\$ 7,00 media de 10 km/l

Formula: Distancia total / 10 ( media km/l) X R\$ 7,00 ( valor do litro combustivel)

ESCOLA	Dist ( ida e volta)	Gasolina 10km/l	total
EMEF ORDÁLIA MACHADO, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE RINCÃO DO MEIO.	96KM	9,6litros	R\$ 67,20
EMEF OSVALDINA BATISTA DA SILVA, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE DE SAMBURÁ.	140KM	14 litros	R\$ 98,00
EMEF SÃO JUDAS TADEU, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE SARANDI -	64KM	6,4 litros	R\$ 44,80
EMEF BOM SUCESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE SÃO MARCOS -	64KM	6,4 litros	R\$ 44,80
DEDETIZAÇÃO NA EMEF IVAÍ, LOCALIDADE RINCÃO DO IVAÍ -	24KM	2,4 litros	R\$ 16,80
EMEF LIBERATO SALAZANO VIEIRA DA CUNHA, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE VILA BRITES. DISTANCIA 80KM	160KM	16 litros	R\$ 112,00
EMEF LIONÇIO SILVIO PEREIRA AQUINO, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE SÃO MIGUEL.	76KM	7,6litros	R\$ 53,20
EMEF OLINTO DORNELLES, INTERIOR DO MUNICÍPIO, LOCALIDADE RINCÃO DE SANT'ANA.	68KM	6,8 litros	R\$ 47,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
PALÁCIO JOÃO GOULART  
Secretaria Municipal de Educação

**12.2** – Fica designado o Servidor Nilton Mançoni Costa como fiscal de contrato.

**13 - GARANTIA DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA (INDICAÇÃO DA RESPECTIVA RUBRICA) E CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO DE DESEMBOLSO**

Os recursos para custear as despesas descritas neste Termo ocorrerão à conta das seguintes rubricas:

12.02.12.361.0112.33390 39 000000 1028 (1359)

**14 - PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS**

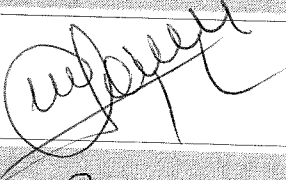
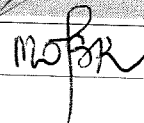
10 dias após a homologação da licitação

**15 - SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO**

Coordenador Administrativo – Nilton Mançoni Costa

**16 - SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO**

ASSINATURA

**APROVADO - São Borja, 18 de janeiro de 2022.**



**Eduardo Bonotto,  
Prefeito.**